

DIREITOS HUMANOS

***Exercícios sugeridos para a aplicação no ensino a distância

1. Conceitue Direitos Humanos.

2. Cite e explique seis características dos Direitos Humanos.

3. Complete o quadro abaixo de acordo com os textos “EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS” e “ANTECEDENTES HISTÓRICOS E JURÍDICOS DOS DIREITOS HUMANOS”:

DIREITOS HUMANOS EM EVOLUÇÃO

LEI	CARACTERÍSTICAS	PRECEITOS LEGAIS DESTACADOS
Lei de Talião (anterior aos códigos)	Poder despótico. Obediência absoluta; ausência de garantias dos direitos mais fundamentais.	Direito vindicativo – infligir ao condenado mal completamente idêntico ao praticado.
Código Hamurabi (1690 a.C.)		
Decálogo de Moisés Séc. XIIIa.C.	Consolidação das antigas leis imemoriais (ordenamento jurídico dos hebreus) Superação das leis anteriores e criação de novas normas processuais.	
Lei das XII Tábuas (<i>Lex Duodecim Tabularum</i>) 449 a.C.		Definia certos pontos de Direito privado como <i>usucapio</i> , <i>obligatio</i> , <i>manus</i> , <i>patriapotestas</i> , tutela e <i>connubium</i> . Continha também a prescrição de penalidade, em caso de falso testemunho, corrupção, calúnia e outros crimes. Além disso, ela regulava as formas de processo e ditava regras de higiene e de economia.
Magna Carta (Magna Carta <i>Libertatum</i>) 1215		
<i>Petition of Right</i> 1628	Elencava diversas proteções tributárias. Garantiam liberdade do indivíduo em hipótese de inadimplência.	
<i>Habeas Corpus Amendment Act</i> 1679		Regulamentava o instituto jurídico de garantia pessoal anteriormente previsto na <i>Common Law</i> .

Declaração de Direitos (<i>Bill of Right</i>) 1689		
Declaração da Virgínia 1776		
Declaração de Independência dos EUA 1776	Redigida por Thomas Jefferson a partir de um trabalho conjunto com Benjamim Franklin e John Adams.	
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão		
Constituição Francesa		
Manifesto Comunista		
Encíclicas Papais	Escritas pelos pontífices da igreja católica e dirigidas aos seus fiéis, mesmo não sendo legislação, são de grande importância por trabalharem valores e ideais a serem buscados em defesa dos DH	

4. Responda os itens abaixo, fundamentando-se na legislação disponibilizada (DUDH, CADH, PIDCP, PIDESC, PBUFAF e CCEAL) e fazendo referência explícita ao(s) artigo(s) e instrumento(s) legal(is):

- a. Qual é o principal dever dos encarregados da aplicação da lei?
- b. Em quais circunstâncias o uso da força é permitido aos encarregados da aplicação da lei?
- c. Quando é permitido aos encarregados da aplicação da lei divulgar informação confidencial?
- d. Quando é que o encarregado da aplicação da lei é obrigado a cumprir ordens superiores?
- e. O que o encarregado da aplicação da lei deve fazer em caso de comportamento (supostamente) ilegítimo?
- f. Qual é a importância da ética nas operações de aplicação da lei?

- g. Quando é permitido o uso de arma de fogo pelos encarregados da aplicação da lei?
- h. Explique o significado dos termos necessidade e proporcionalidade em relação ao uso da força e armas de fogo?
- i. Existe alguma justificativa para a prática de tortura e outro tratamento ou pena cruéis, desumanos ou degradantes?
- j. Quais são as normas para o uso da força e armas de fogo no policiamento de reuniões violentas?
- k. Quais são as normas para o uso da força e armas de fogo em relação a indivíduos em custódia ou detenção?
- l. Em qual(is) situação(ões) pode ter sucesso uma defesa baseada em ordens superiores?
- m. Quais são os meios não violentos à disposição dos encarregados da aplicação da lei?
- n. Quando é necessário aos encarregados da aplicação da lei comunicar o uso da força e de armas de fogo às autoridades competentes para avaliação administrativa ou controle judicial?
- o. Quando um encarregado da aplicação da lei pode recusar-se a cumprir uma ordem superior para empregar a força?

5. A partir da compreensão da leitura da legislação disponibilizada (DUDH, CADH, PIDCP, PIDESC, PBUFAF e CCEAL) e outros conhecimentos sobre o tema, responda as questões abaixo:

- a. Qual é a sua opinião sobre um código de ética para a profissão que aplica a lei?
- b. Como os encarregados da aplicação da lei poderão opor-se aos atos de corrupção?
- c. Como pode a ética pessoal ser influenciada por meio de educação e treinamento?
- d. Quais são as questões éticas ligadas ao uso da força e por que elas devem ser mantidas sob constante avaliação?
- e. Quais são as implicações do uso da força e armas de fogo no treinamento e formação dos encarregados da aplicação da lei?
- f. Como o uso indevido da força por encarregados pela aplicação da lei pode ser evitado?
- g. Qual é a relevância do Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei no uso da força e armas de fogo?
- h. De que forma o uso da força potencialmente põe em perigo o relacionamento da organização de aplicação da lei com a comunidade?
- i. Como pode ser mais bem assegurada a investigação imediata, minuciosa e imparcial nos casos alegados de uso indevido da força?
- j. Pode uma organização de aplicação da lei funcionar sem a autoridade para empregar a força e armas de fogo?
- k. Elabore uma definição de força quando se referir ao uso da força e armas de fogo.

6. Qual a intenção da ONU ao criar a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

7. Quais os artigos da DUDH têm maior possibilidade de violação pelos encarregados da aplicação da lei? Justifique.

8. Ao expor à mídia pessoa suspeita de prática criminosa, quais os direitos enumerados na DUDH estão ou podem estar sendo violados? Justifique.

9. Inter-relacione o art. 3.º da DUDH com o artigo correspondente do Pacto de San José.

10. O art. 7.º, Direito à Liberdade, é o primeiro protegido pela DUDH. Como a PRF, através do seu trabalho cotidiano, pode contribuir para reafirmar este direito na prática? Dê um exemplo.

11. Comente o art. 32 – Correlação entre deveres e direitos - do Pacto de San José e indique quais os artigos da DUDH que se relacionam com ele.